



2º RECURSO N.º RL 202.0053
Em, 01 de 11 de 1990
Procurador Rep. da Faz. Nacional

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Processo N.º 10.109-000.771/89-39

mias 35

2º PUBLICADO NO D. C. B.
C 20/03/91
C

Sessão de 30 de agosto de 1990

ACORDÃO N.º 202-03.618

Recurso n.º 84.143

Recorrente CENCAL - COMÉRCIO EMPACOTAMENTO DE CEREAIS E ALIMENTOS LTDA.

Recorrida IRF EM PONTA PORÃ - MS

IPI - PENALIDADE DO ART. 365-II - DO RIPI/82 - INAPLICABILIDADE. Carece de fundamento legal a aplicação desta penalidade quando a Nota Fiscal emitida, que não corresponde à saída efetiva da mercadoria, refere-se a produto não tributado pelo IPI, estando portanto, o ilícito, fora do seu campo regulamentar. Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso, interposto por CENCAL - COMÉRCIO EMPACOTAMENTO DE CEREAIS E ALIMENTOS LTDA.

ACORDAM Os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso. Vencido o Conselheiro ELIO ROTHE.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1990.

HELVIO ESCÓVEDO BARCELLOS - PRESIDENTE

ANTONIO CARLOS DE MORAES - RELATOR

JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - PROCURADOR-REPRESENTANTE DA FAZENDA NACIONAL

VISTA EM SESSÃO DE 19 OUT 1990

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros HUMBERTO LACERDA ALVES (Suplente), JOÃO BAPTISTA MOREIRA (Suplente), OS CAR LUIS DE MORAIS, ADÉRITO GUEDES DA CRUZ (Suplente) E SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTEs
Processo N.º 10.109-000.771/89-39

Recurso n.o: 84.143
Acordão n.o: 202-03.618
Recorrente: CENCAL - COMÉRCIO EMPACOTAMENTO DE CEREAIS E ALIMENTOS LTDA.

R E L A T Ó R I O

A empresa foi autuada em 18/09/89, A.I. de fls. 203 e v, por ter emitido Ns. Fs. mod. 1, relativas a vendas de "soja a granel", para duas empresas inexistentes e para uma terceira que declarou nunca ter adquirido qualquer mercadoria da pretensa vendedora, tudo conforme apuração em diligências, o que caracterizou a emissão de Ns. Fs. que não correspondem à saída efetiva da mercadoria, sujeitando a autuada à penalidade prevista no Art. 365-II do RIPI/82, de que resultou o crédito tributário no valor originário de NCz\$ 1.371.550,15.

Impugnando o feito, às fls. 207/210, em síntese diz a autuada, em suas razões, que:

- promoveu vendas no exercício regular de sua atividade mercantil, prevista no seu contrato social, de mercadorias adquiridas no mercado nacional;
- não é contribuinte do IPI e nem suas transações mercantis se circunscrevem nas hipóteses de ocorrência do fato gerador do tributo, a teor dos arts. 46 e 51 do CTN;

[Assinatura]
- segue-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

-03-

Processo nº 10.109-000.771/89-39
Acórdão nº 202-03.618

- não sendo contribuinte do IPI, o seu enquadramento é ilegal e a exigência feita ao arrepio do art. 108 do CTN, vez que a analogia não pode resultar em exigência de tributo não previsto em lei;

- a empresa provou, através de informação, a entrada efetiva do numerário correspondente às vendas efetuadas, não lhe competindo o exame do registro efetivo de suas vendas nos estabelecimentos adquirentes;

- não praticou qualquer omissão de registro de documentos ou valores relativos às vendas que efetuou;

- requer seja tornado nulo o ato que originou a exigência impugnada.

A informação fiscal de fls. 214 confirma tudo quanto já consignara no feito inicial, reforçando o apurado nas diligências relativo às supostas empresas compradoras, a não-comprovação do recebimento do produto de ditas vendas, que a autuada dizer receberido em espécie não tendo promovido a juntada de qualquer documento, e ainda enfatizando que o ato lesivo, "notas frias", não pode beneficiar àquele que lhe perpetrhou e que o dispositivo legal, art. 365, inc. II, do RIPI/82, aplica-se a todo o universo de contribuintes.

A autoridade de primeira instância, em seu decisório às fls. 216/221, acolheu a exigência tal como formulada e reforçada na informação fiscal, entendendo que a impugnante não logrou, com seus argumentos, elidir os fatos apurados pela fiscalização e

[Assinatura]
-segue-



Processo nº 10.109-000.771/89-39
Acórdão nº 202-03.618

ser aplicável, à espécie, o disposto no art. 365-II, do RIPI/82. Julgou, portanto, procedente a ação fiscal, sob a seguinte ementa:

"A contribuinte não conseguiu, em suas alegações, trazer argumentos sustentados em provas de que não procede o Auto de Infração lavrado em seu desfavor. Em razão disso, mantém-se, integralmente, o crédito tributário apurado no Auto de Infração. Legislação Pertinente: Art. 365, inciso II, do Regulamento Aduaneiro do Imposto sobre Produtos Industrializados, aprovado pelo Decreto nº 87.981, de 23.12.82." (sic)

Inconformada com a decisão prolatada em primeira instância, a ora Recorrente vem a este Egrégio Conselho dela recorrer, às fls. 225/237, alinhando em seus argumentos os já deduzidos na peça impugnatória reforçando-os, como segue:

- só é passível de penalidade quem o é do respectivo tributo, nos termos do art. 121 do CTN, que define sujeito passivo da obrigação tributária;

- inocorreu, na hipótese alvitrada pela fiscalização, qualquer fato que possa ser caracterizado como gerador do IPI, pois o que se afirma é que não houve saída de mercadoria, quando o fato gerador, se houvesse, seria justamente esta saída.

Em substância, a Recorrente alinha em recurso os mais variados argumentos, com fulcro na lei, na doutrina e na jurisprudência, provando que não é contribuinte do IPI e que suas operações mercantis o são com produtos que não estão na esfera de incidência de tal tributo.

É o relatório.



Processo nº 10.109-000.771/89-39
Acórdão nº 202-03.618

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTONIO CARLOS DE MORAES

Discute-se, nos autos, em resumo, o cabimento ou não da aplicação da penalidade estabelecida pelo art. 365-II, do RIPI/82 ao comerciante de produto agrícola, da posição 12.01 da TIPI, com alíquota N/T, "soja a granel", que emitiu notas fiscais de venda desse produto que, comprovadamente, não correspondem às saídas efetivas da mercadoria, não tendo também logrado a Recorrente comprovar o recebimento do valor correspondente às supostas vendas.

A Recorrente, já na fase impugnatória, como na recursal, demonstrou com vigorosos fundamentos, que não é contribuinte do IPI e nem o produto que "comercializou" está sujeito à incidência daquele tributo o que, a meu ver, é absolutamente verdadeiro, não cabendo, quando a estes fatos, qualquer dissensão em relação às alegações da Recorrente, a despeito de as Ns. Fs. emitidas serem do mod. 1, série C-1, isto é, com colunas próprias para o destaque do IPI.

Contudo, da análise literal dos termos do inciso II do art. 365 do RIPI/82, verbis:

"os que emitirem, fora dos casos permitidos neste Regulamento, Nota Fiscal que não corresponda à saída efetiva do produto nela descrito do estabelecimento emitente, e os que, em proveito próprio ou alheio, utilizarem, receberem ou registrarem essa Nota para qualquer efeito, haja ou não destaque do imposto, e ainda que a Nota se refira a produto isento." (g/n)

-segue-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 10.109-000.771/89-39
Acórdão nº 202-03.618

em cujo texto grifamos os aspectos que se enquadram na hipótese que se examina, verifica-se que o comando legal versa sobre Ns. Fs. relativas a produtos industrializados, circunscritos na área de incidência do IPI, não alcançando, portanto, os produtos não tributados sobre os quais versa esta demanda.

Temos por óbvio que a configuração da emissão de Ns. Fs. que não correspondam à efetiva saída de mercadorias, notas frias, portanto, tipificam a prática de ilícito fiscal que, todavia, vai encontrar sua capitulação penal em diploma legal distinto, seja naquele que rege o Imposto sobre a Renda, seja naquele que rege o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, mas, em se tratando de produto não tributado pelo IPI, não há como se pretender tipificar o ilícito no art. 365-II- do RIPI/82.

Portanto, entendo, salvo melhor juízo dos meus pares, carecer de base legal a imposição de penalidade à Recorrente como decidiu a recorrida decisão.

Voto, por conseguinte, no sentido de que se conheça do recurso, por tempestivo, para dar-lhe provimento, reformando-se a decisão prolatada em primeira instância.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1990.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "ANTÔNIO CARLOS DE MORAES".
ANTÔNIO CARLOS DE MORAES